

Grupos de Pesquisa em Instituições de Ensino Superior Privadas do Rio Grande do Sul: a produção como elemento de caracterização das práticas científicas¹

Sônia Elisa Caregnato (PPGCOM/Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo: Parte do projeto “Comunicação e Produção Científica em Grupos de Pesquisa de IES do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo é analisar a organização dos grupos e a produção científica de docentes das áreas de Ciências Sociais e Humanidades. Visa a apresentar e discutir dados sobre as pesquisas de docentes vinculados a grupos de pesquisa de cinco IES privadas do estado nas áreas de Educação e Direito, buscando traços identitários dessa pesquisa nas características da produção científica resultante. Caracteriza-se como um estudo cientométrico focalizado, principalmente, na produção científica. Os resultados são apresentados e discutidos em três tópicos: perfil dos grupos, perfil dos pesquisadores e indicadores de produção. Ressalta-se que os dados ainda estão em fase de análise e que a avaliação ainda não é conclusiva.

Palavras-chave: Comunicação científica. Grupos de pesquisa. Produção científica. Pesquisa.

Abstract: This paper is part of a broader study on scholarly communication and scientific production in higher education institutions in Rio Grande do Sul, Brazil, whose objective is to analyze the organization of research groups and the production of its researchers in Social Sciences and Humanities. It aims at discussing data about research activities of scholars associated to research groups in Education and Law of five private institutions, trying to identify trends on this research activity from its scientific production. It is a scientometric study on scientific production. The results are presented and discussed according to three topics: groups' profile, researchers' profile and production indicators. The data is still being analyzed and is not yet conclusive.

Keywords: Scholarly communication, research groups, scientific production, research.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-07 - Produção e Comunicação da Informação em CT&I.

1 INTRODUÇÃO

O modelo clássico de Instituição de Ensino Superior (IES) é a universidade, sendo a universidade humboldtiana, com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, seu referencial.

No Brasil, a partir da metade dos anos de 1990, especialmente, observam-se modificações intensas na educação superior. Um conjunto de movimentos emanados da esfera estatal e da esfera do setor privado criou o fenômeno da chamada reforma do ensino superior brasileiro. Com a reforma, tem-se a adoção de uma política estatal de diversificação institucional, por meio do surgimento de novos tipos institucionais, e a expansão do nível terciário de escolarização. Especificamente, as IES privadas passam por uma expansão significativa, expressa nos índices de alunos matriculados em cursos de graduação. (DURHAM E SAMPAIO, 2001; SAMPAIO, 2002; SCHWARTZMAN, 2002).

No Rio Grande do Sul, a expansão tem demonstrado que as IES privadas atuam centralmente no ensino, havendo precário desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como é o caso da pesquisa. No entanto, como as universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade do ensino e pesquisa e extensão, conforme prevista na LDB, alguma forma de produção de conhecimento com base em referenciais acadêmicos reconhecidos entre os pares deve estar sendo realizada.

Adiciona-se a isso o fato de que a comunidade acadêmica e os órgãos de pesquisa têm avaliado a atividade de pesquisa prioritariamente pela sua produção. Essa exigência deve ser entendida conforme o modelo proposto por Meadows (1999), para quem só se pode caracterizar a atividade de pesquisa a partir da comunicação do resultado da atividade científica.

Neste cenário é que surge o projeto “Comunicação e Produção Científica em Grupos de Pesquisa de IES do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo é analisar a organização dos grupos e a produção científica nas áreas de Ciências Sociais e Humanidades, de 1995-2005. Esse período específico é focalizado por ter registrado uma expansão acelerada das taxas de matrícula no ensino superior, particularmente no setor privado, que apresentou um incremento exponencial a partir do ano de 1995, segundo dados apresentados de Schwartzman e Schwartzman (2002).

As áreas sociais e humanas foram selecionadas por serem menos privilegiadas nos estudos sobre produção científica em nosso país, cujo foco é direcionado prioritariamente para as áreas de maior visibilidade internacional. Contrastando com o foco desses estudos, observa-se uma forte demanda por formação universitária nessas áreas; segundo Schwartzman (2004) metade dos estudantes da educação superior brasileira está matriculada nas chamadas “profissões sociais”, ou seja, ciências sociais, negócios e direito. Adiciona-se a isso, o fato das áreas sociais serem privilegiadas na atuação das instituições privadas de ensino superior (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2002). Esse fato permite encontrar grupos de pesquisa dessas áreas em praticamente todas as instituições, o que permite a transversalidade da análise.

Neste estudo, a identificação das atividades de pesquisa foi realizada a partir da noção de grupo de pesquisa. A utilização do grupo de pesquisa como unidade de análise dos estudos sobre ciência e tecnologia é relevante na medida em que se entende que a construção do conhecimento acontece coletivamente, a partir de processos interativos, e não somente como atividade mental de um sujeito cognoscente. A operacionalização dessa noção é possível hoje no Brasil graças ao Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), instrumento que faz o inventário das atividades coletivas institucionalizadas de pesquisa.

Diante dessa problemática, o presente artigo visa a apresentar e discutir dados sobre as pesquisas de docentes vinculados a grupos de pesquisa de IES privadas do Rio Grande do Sul das áreas de Educação e Direito, buscando traços identitários dessa pesquisa nas característi-

cas da produção científica resultante. Os dados foram obtidos dentro do escopo do projeto de pesquisa acima mencionado e estão ainda em fase de análise.

O artigo baseia-se na noção de que os padrões de comunicação científica são desenvolvidos de forma peculiar nas diversas áreas do conhecimento. Sabe-se que os meios e canais pelos quais os pesquisadores divulgam os resultados de suas pesquisas são caracterizados pelas áreas do conhecimento às quais estão filiados (VELHO, 1997; MÜLLER, 2005). Além disso, parte-se do pressuposto de que a tipologia dos canais, juntamente com outros indicadores, evidencia as características das práticas de comunicação científica. Por exemplo, o tipo de autoria reflete o grau de colaboração entre os membros dos grupos de pesquisa, o idioma de publicação indica o grau de disseminação alcançado e a temporalidade dos documentos aponta a velocidade com que as informações são divulgadas (MALTRÁS BARBA, 2003). Esses indicadores, além do perfil dos grupos e pesquisadores, são o foco principal das análises.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como um estudo cientométrico focalizado, principalmente, na produção científica de diferentes áreas do conhecimento em diferentes tipos de instituições de ensino superior.

O campo empírico da investigação focaliza cinco instituições de ensino superior privado do Rio Grande do Sul do tipo universidade e busca interpretar a variação temporal da produção do corpo docente ao longo dos anos 1995/2005. Esse é um período marcante em termos de expansão do ensino superior privado e de diversificação de instituições, de cursos e de programas de estudos, como também relativamente à atividade de pesquisa e sua avaliação no âmbito da pós-graduação.

As fontes de dados foram o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e a Plataforma Lattes. Identificaram-se, por meio delas, os grupos certificados pelas IES, os docentes componentes dos grupos e, a partir de seus currículos, a produção vinculada à pesquisa institucional.

As consultas ao Diretório podem ser feitas a partir da base corrente, cujas informações são atualizadas continuamente, ou pelos censos bianuais, que são fotografias da base corrente em um determinado momento. O primeiro censo disponível é de 2000 e o último de 2006, este divulgado pelo CNPq no final de novembro de 2007, portanto em data posterior à coleta de dados para as pesquisas aqui apresentadas.

Como, então, os dados do censo estavam disponíveis somente até 2004 e se buscava identificar os grupos existentes durante o período 1995 e 2005, optou-se pela coleta na base corrente (em 2007) do DGP. Contudo, essa base não permite que a consulta seja feita pela distribuição geográfica ou institucional do grupo associada à árvore do conhecimento, como nos censos. Nela é possível aplicar os filtros de distribuição e de área, mas obrigatoriamente a consulta deve ser feita por nomes de pessoas (líderes, pesquisadores ou estudantes) ou por palavras presentes na descrição das linhas e do grupo. Para superar essa limitação, elaborou-se uma estratégia de busca que consistia em buscar nas IES selecionadas os grupos de pesquisa das áreas estudadas que contivessem pelo menos uma palavra-chave de uma lista de termos genéricos que potencialmente deveriam constar do título ou descrição de qualquer grupo daquela área. Quando do lançamento do censo 2005-2006, os dados foram cotejados e os poucos grupos que não haviam sido localizados pela primeira estratégia, foram recuperados a tempo e inseridos nas análises.

A fim de coletar os dados sobre os pesquisadores do grupo, seguiu-se o *link* para o currículo de cada um deles. A ação na Plataforma Lattes consistiu em abrir cada um dos currí-

culos dos nomes listados como pesquisadores na página do grupo de pesquisa para selecionar aqueles professores pesquisadores que estavam formalmente ligados à instituição do grupo, ou seja, com vínculo empregatício, e cuja carga horária nela não fosse inferior a 20 horas. Com isso, pretendeu-se privilegiar a inserção do pesquisador no grupo em que tivesse maior afinidade e efetiva participação. A partir da identificação positiva, os currículos eram capturados em disco para posterior extração dos dados.

Os campos do Currículo Lattes privilegiados na coleta de dados foram: dados pessoais; dados sobre titulação máxima; atuação profissional abreviada à área e sub-área de atuação, instituição principal, data de ingresso e carga horária na instituição; produção bibliográfica; projetos de pesquisa e, finalmente, orientações concluídas. As informações coletadas dos Lattes, assim como do DGP, referem-se ao período 1995-2005.

Para que os dados obtidos nos diversos currículos e grupos de pesquisa pudessem ser organizados, foi criada uma base de dados disponível pela Internet. Essa opção permitiu uma maior flexibilidade na alimentação dos dados, que pode ser feita de maneira distribuída pelos diferentes componentes do grupo de pesquisa.

Os relatórios programados para as necessidades atuais dos projetos de pesquisa geram informações qualitativas e quantitativas sobre os grupos de pesquisa, a situação dos professores e sua produção, associadas às áreas e instituições. Conforme a necessidade, as informações são exportadas, a fim de alimentar diversos softwares de tratamento de dados, como planilhas eletrônicas e software para dados qualitativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são apresentados e discutidos em três sub-tópicos: perfil dos grupos, perfil dos pesquisadores e indicadores de produção. Ressalta-se que os dados ainda estão em fase de análise e que a avaliação ainda não é conclusiva.

Num primeiro momento é importante destacar que o Rio Grande do Sul conta com um sistema de ensino superior que engloba 102 IES, sendo 10 públicas e 92 privadas, das quais 50 são particulares, ou seja, têm fins lucrativos e 42 são comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Desse número total de IES, 16 são universidades, das quais cinco são públicas e 11 são comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Neste panorama, observa-se, também, que das cinco públicas, duas situam-se na capital e três no interior, enquanto que das privadas somente uma situa-se na capital (INEP, 2006).

Para este estudo, cinco instituições são abordadas, sendo que quatro estão localizadas fora da capital e todas são do tipo privada sem fins lucrativos. Todas elas têm curso de pós-graduação em Educação e somente uma não o têm em Direito.

3.1 Caracterização dos Grupos de Pesquisa das Áreas de Direito e Educação

Nas cinco IES participantes, foram identificados 57 grupos na área de Educação e 38 na área de Direito, totalizando 159 linhas e 236 professores na primeira e 119 linhas e 88 professores na segunda (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de grupos de pesquisa, linhas e professores por instituição

	EDUCAÇÃO			DIREITO		
	Grupos	Linhas	Professores	Grupos	Linhas	Professores
IES1	20	55	54	18	71	32
IES2	5	21	40	6	12	19
IES3	18	40	81	4	12	11
IES4	7	29	36	3	10	13
IES5	7	14	25	7	14	13
Total	57	159	236	38	119	88

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq, Censo 2005-2006

Na comparação entre as duas áreas, tem-se que a média de professores por grupo é de 2,3 no Direito e 4,1 na Educação. Em relação às linhas de pesquisa por grupo, no entanto, a área do Direito aparece com uma média de 3,1 linhas e a Educação com 2,7. Esses dados reforçam a idéia de que a segunda é mais colaborativa do que a primeira, pois um área que apresenta menos professores por grupo, por um lado, e mais linhas por outro, revela que dentro de cada linha o trabalho é feito por um número menor de indivíduos. Na verdade, os grupos do Direito aparecem como tendo menos de um professor por linha (0,74), enquanto que os grupos da Educação têm uma média de 1,51 professores por linha.

Em relação ao período de formação dos grupos da Educação nas instituições (Gráfico 1), observam-se, em geral, curvas ascendentes até os anos de 2000 e 2002, quando, então, há uma diminuição no crescimento em quatro IES.

Nos grupos do Direito, que até 1995 não tinham representante em qualquer das cinco IES estudadas, observa-se um crescimento desde o início do milênio, que não parece ainda ter arrefecido (Gráfico 2).

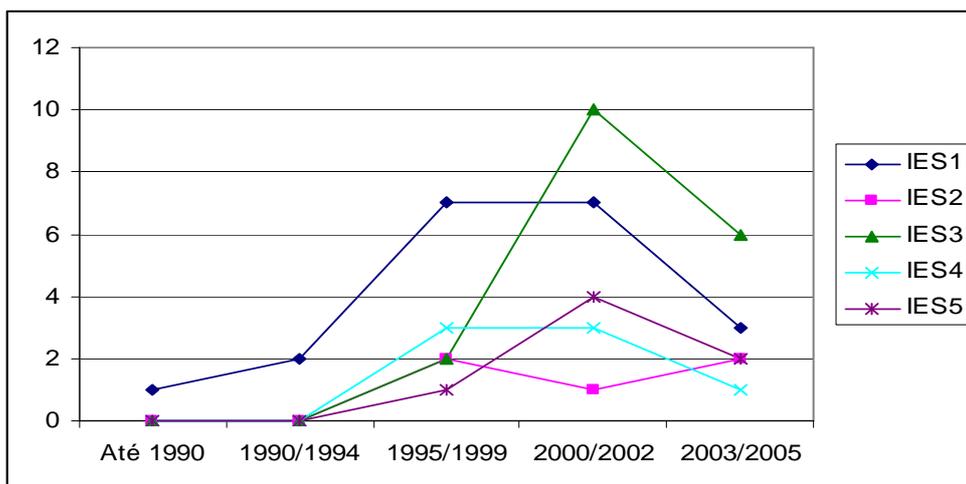


Gráfico 1 – Período de formação dos grupos de pesquisa por instituição - Educação

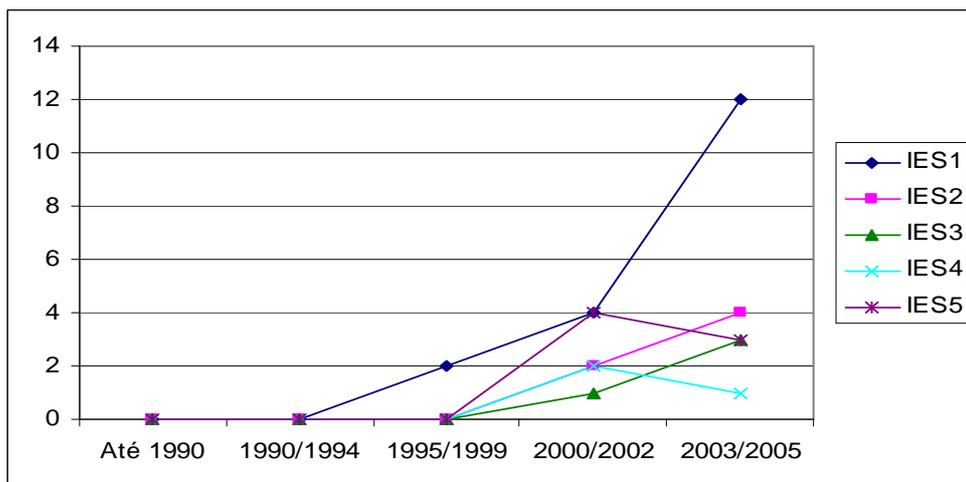


Gráfico 2 – Período de formação dos grupos de pesquisa por instituição – Direito

Esse crescimento do número de grupos deve ser interpretado à luz do desenvolvimento da pós-graduação, que na área do Direito registrou uma intensa pressão pela expansão no período entre 2001 e 2004 (CAPES, 2004), e revela que, no que tange às IES estudadas, é ainda uma área emergente. A expansão da pós-graduação em Educação no Brasil, que se iniciou nos anos 1960, aconteceu em dois momentos: nos anos 1980 e novamente nos anos 1990, ou seja, já permitiu que a área se consolidasse em algumas regiões, especialmente nas regiões Sul e Sudeste (MENEGHEL et al., 2007).

3.2 Caracterização dos Docentes Pesquisadores

Os grupos de pesquisa são frequentemente constituídos de professores, estudantes e técnicos. Neste estudo, privilegiou-se a vinculação permanente e de caráter científico ao grupo, portanto foram somente estudados os seus docentes pesquisadores.

Como visto na Tabela 1, o número total de professores que compõem os grupos das cinco IES é 236 para a Educação e 88 para o Direito. Numa distribuição por gênero (Tabela 2) que, embora não seja o foco deste artigo, pode auxiliar a delinear o perfil do docente pesquisador, confirma-se a forte presença feminina na área da educação e, num panorama diametralmente oposto, o espaço ocupado por pesquisadores nos grupos do Direito das cinco IES aparece como predominantemente masculino.

Tabela 2 – Distribuição dos docentes dos grupos de pesquisa por gênero

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Frequência	%	Frequência	%
Feminino	167	71%	24	27%
Masculino	69	29%	64	73%
Total	236	100%	88	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

No que concerne ao grau de escolarização, a Tabela 3 mostra que a maior parte dos docentes pesquisadores dos grupos da Educação e do Direito tem doutorado ou pós-doutorado (63% e 54%, respectivamente). No entanto, ainda observa-se uma taxa significativa de professores com titulação máxima inferior à Doutor. Comparando-se com dados da educação universitária no Brasil, a situação mostra-se muito favorável. Segundo o Censo do INEP 2006, nas universidades brasileiras a porcentagem de professores com no mínimo doutorado é de 34% do corpo docente, sendo que nas universidades públicas esse percentual sobe para 46% e nas universidades privadas desce até somente 18%. No RGS esses dados são 54% para as universidades públicas e 22% para as privadas.

A vantagem que aparece nos dados relativos aos doutores nas IES pesquisadas está claramente vinculada à fonte de dados, que arrola somente aqueles professores que fazem pesquisa e estes são, geralmente, doutores. De qualquer forma, demonstra que um grande percentual de docentes nestas IES, que não são doutores, também não se dedicam à pesquisa.

Tabela 3 - Titulação máxima dos docentes dos grupos de pesquisa

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Freq.	%	Freq.	%
Graduação	1	0%	2	2%
Especial.	6	3%	2	2%
Mestrado	82	35%	36	41%
Doutorado	122	52%	38	43%
Pós-dout.	25	11%	10	11%
Total	236	100%	88	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 4 - Ano de titulação dos docentes dos grupos de pesquisa

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Freq.	%	Freq.	%
Até 1980	42	18%	6	7%
1981/1989	41	17%	3	3%
1991/1995	36	15%	6	7%
1996/2000	63	27%	24	27%
2001/2005	54	23%	49	56%
Total	236	100%	88	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

A distribuição dos docentes por ano de titulação máxima mostra que, para a área do Direito, a titulação é bastante recente, sendo que 83% titularam-se nos últimos 10 anos (período coberto pela pesquisa). Na Educação a distribuição é mais equilibrada, embora também destaque a última década. Esses dados, quando cotejados com os de ano de ingresso na IES (Tabela 5), mostram-se similares para a área de Direito, na qual 75% dos docentes ingressaram também na última década. Já para a Educação, o ano de ingresso apresenta-se melhor distribuído. Isso parece ser reflexo, por um lado, da recente expansão da pós-graduação na área do Direito, mas também das reformas do ensino jurídico no Brasil, a partir de 1996, que, segundo Roesler (2004), vieram acompanhadas da avaliação dos cursos com base no número de professores com carga horária integral, dedicação exclusiva e titulação. Segundo a autora,

esses fenômenos provocaram a rápida expansão da oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e aumentaram o número de docentes que tem alguma experiência efetiva de pesquisa.

Tabela 5 - Ano ingresso dos docentes dos grupos de pesquisa na IES

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Até 1980	42	18%	5	6%
1981/1989	41	17%	8	9%
1991/1995	36	15%	9	10%
1996/2000	63	27%	36	41%
2001/2005	54	23%	30	34%
Total	236	100%	88	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 6 - Local titulação dos docentes dos grupos de pesquisa

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Freqüência	%	Freqüência	%
RS	145	61%	50	57%
Brasil	36	15%	23	26%
Exterior	55	23%	15	17%
Total	236	100%	88	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Finalmente, buscaram-se os dados relativos ao local de titulação dos docentes pesquisadores a fim de, posteriormente, comparar com dados de produção e para verificar o caráter endógeno ou não da formação. Verifica-se na Tabela 6 que em ambas as áreas a titulação principal foi alcançada em IES do RGS. No caso da Educação há, também, um forte componente de formação no exterior, o qual supera a obtenção do título por IES brasileira fora do RGS.

3.3 Indicadores de Produção

Para o estudo da produção, foram computados os seguintes tipos de documentos: artigo em periódico, livro, capítulo de livro e trabalhos completos em evento. Os dados dos currículos revelam uma ampla gama de outros tipos documentais que se optou por não incluir em razão de não serem os indicadores mais relevantes de produção científica.

A produtividade dos docentes pesquisadores foi, então, analisada a partir de uma série histórica, que mostra um crescimento da produção em todas as IES para as duas áreas (Gráfico 3 e Gráfico 4), como não poderia deixar de ser. Um crescimento mais acelerado pode ser verificado para as duas áreas por volta do ano 2001 (com exceção da IES5 no Direito), talvez como resultado da intensificação da avaliação da pós-graduação poucos anos antes e da implementação da avaliação dos cursos de graduação no Brasil.

Os dados também parecem indicar que o crescimento da produtividade na Educação já atingiu um patamar de estabilidade, enquanto no Direito ele continua em elevação.

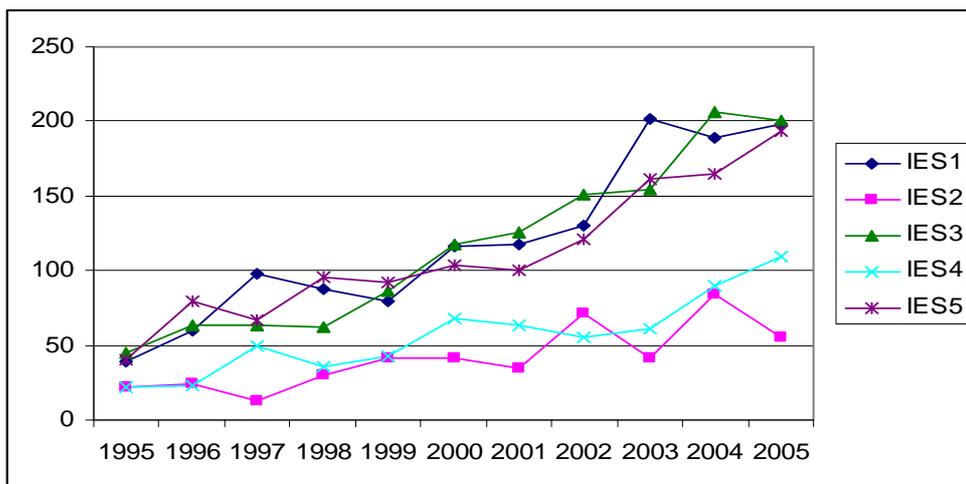


Gráfico 3: Crescimento anual da produção dos grupos de pesquisa em Educação

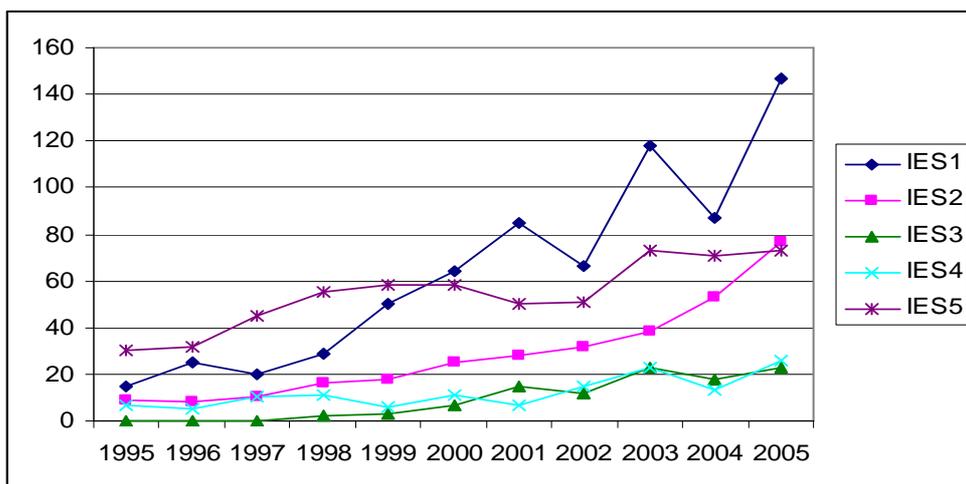


Gráfico 4: Crescimento anual da produção dos grupos de pesquisa em Direito

Em relação ao tipo de publicação preferido pelos pesquisadores dos grupos das duas áreas (Gráfico 5 e Gráfico 6) destaca-se o artigo de periódico para o Direito em todas as IES e o artigo completo em evento para a Educação, em todas menos uma das IES. O dado surpreende na medida em que se costuma atribuir às ciências sociais e humanas a preferência pelo livro (MEADOWS, 1999). Mesmo se capítulo de livro e livro forem somados por, de fato, representarem o mesmo canal de publicação, eles passam a ser predominantes somente para a IES1, no caso da Educação, e para a IES4, no caso do Direito.

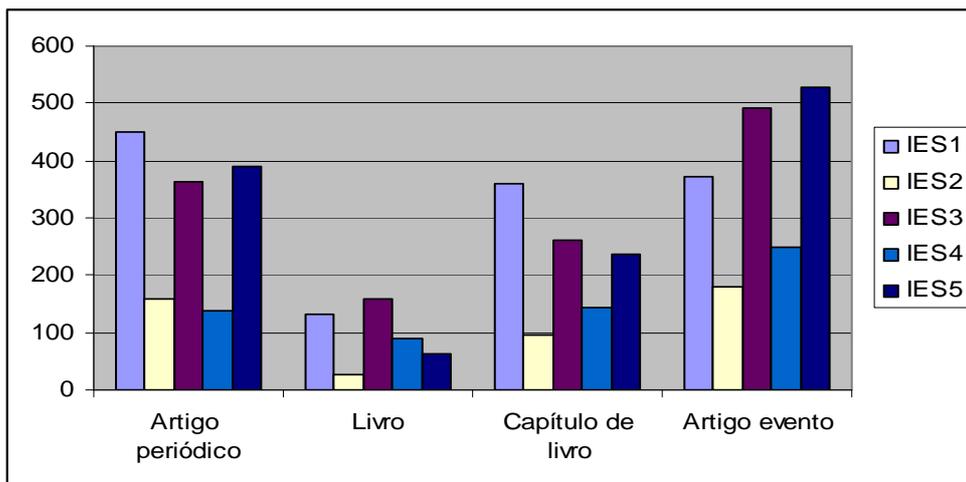


Gráfico 5: Tipos de publicações privilegiadas pelos grupos da Educação

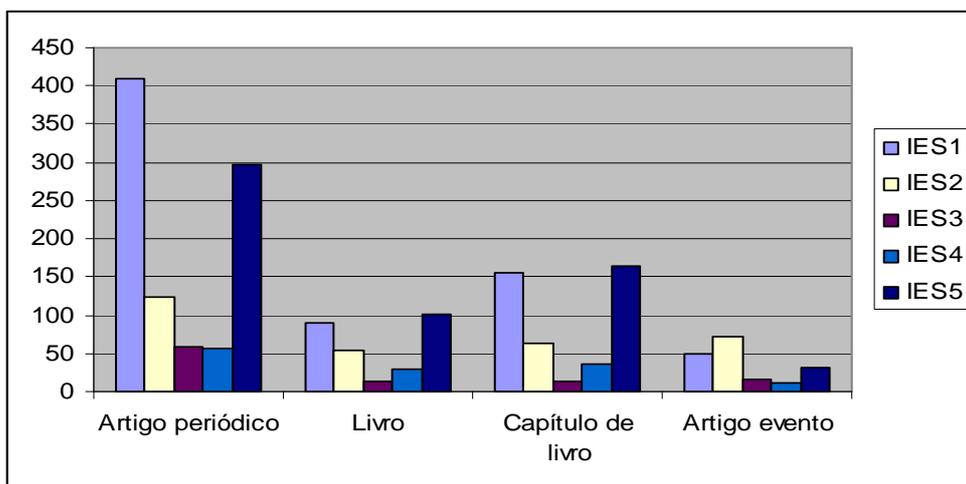


Gráfico 6: Tipos de publicações privilegiadas pelos grupos do Direito

O idioma das publicações foi tabulado a fim de se verificar o grau de internacionalização da pesquisa nas duas áreas. É claro que esse é um indicador parcial de internacionalização, mas também importante.

Os dados sobre o idioma das publicações levam a crer que a pesquisa não tem inserção internacional, mesmo que 23% dos professores de educação e 17% dos do direito tenham obtido seus títulos máximos no exterior. A IES2 tem a maior taxa de artigos em língua estrangeira na Educação: 81% em português e 18% em inglês e 1% em outras. Em Direito, a IES5 é a que concentra maior produção em outra língua que não o português (91%): 1% inglês e 7% espanhol.

Tabela 7 – Idioma das publicações dos grupos de pesquisa nas duas áreas

	EDUCAÇÃO		DIREITO	
	Freq.	%	Freq.	%
Português	5514	92%	2089	96%
Inglês	315	5%	16	1%
Francês	17	0%	8	0%
Espanhol	107	2%	62	3%
Alemão	24	0%	6	0%
Outra	1	0%	3	0%
Total	5978	100%	2184	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

O grau de colaboração entre indivíduos pode, entre outras formas, ser avaliado a partir da proporção de publicações em co-autoria, o que é apresentado na Tabela 8. Observa-se que nas duas áreas a autoria individual é predominante, sendo que no Direito a diferença é muito superior.

A IES2 apresenta as maiores taxas de co-autoria para as duas áreas, sendo que na Educação há um favorecimento da autoria dupla e múltipla, que aparece em, aproximadamente, um terço do total das publicações. Neste caso, pode estar havendo mecanismos de incentivo para a publicação compartilhada por parte da instituição. Isso é especialmente aplicável se houver uma percepção clara, por parte da instituição, de que a autoria coletiva incrementa a produtividade. Glänzel (2002), estudando diferentes áreas, demonstrou que a co-autoria tem efeito positivo na produtividade até, pelo menos, um ponto de saturação, que varia de acordo com a área: seis co-autores na área Biomédica, 3 a 4 na Química e 1 a 2 na Matemática.

Tabela 8 - Co-autoria das publicações dos grupos de pesquisa nas duas áreas

	IES1		IES2		IES3		IES4		IES5		TOTAL	
	Freq.	%										
EDUCAÇÃO												
Individual	708	54%	152	33%	745	58%	378	61%	799	65%	2782	57%
Coletiva	608	46%	307	67%	529	42%	242	39%	421	35%	2107	43%
DIREITO												
Individual	591	84%	228	73%	83	81%	116	87%	538	90%	1556	84%
Coletiva	115	16%	86	27%	20	19%	18	13%	58	10%	297	16%

Fonte: Dados da Pesquisa

De qualquer forma, observa-se um crescimento da autoria coletiva nas duas áreas superior ao da autoria individual, como pode ser verificado no Gráfico 7 e no Gráfico 8. O mesmo fenômeno pode ser demonstrado por meio da porcentagem de documentos com autoria coletiva, que passou, em 1995, de 30% na Educação e 10% no Direito, para 43% e 16%, respectivamente, em 2005.

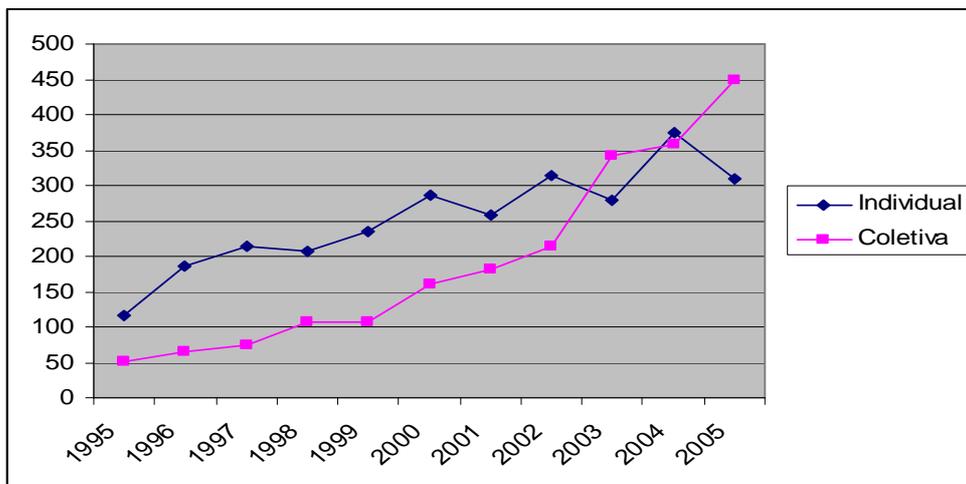


Gráfico 7: Crescimento anual da autoria nos grupos de pesquisa de Educação

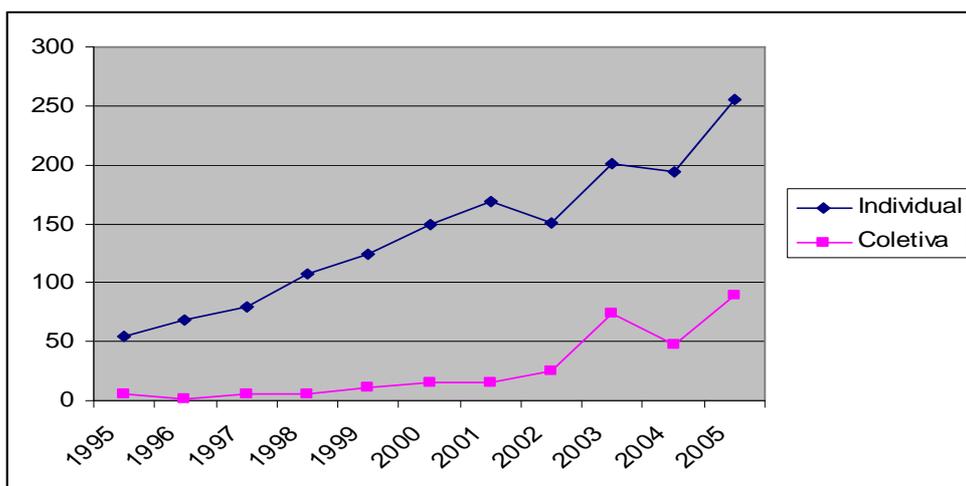


Gráfico 8: Crescimento anual da autoria nos grupos de pesquisa de Direito

As análises de colaboração não se esgotam aqui, pelo contrário, há muito ainda por ser revelado. Particularmente, pretende-se avaliar o grau de colaboração entre os pesquisadores e entre os grupos da mesma instituição, a fim de revelar o papel que o grupo desempenha nas IES.

Se a participação em um grupo caracteriza um pertencimento efetivo de seus membros a uma pequena comunidade - a “existência compartilhada” de que nos fala Bauman (2003) - ou se configura de forma puramente burocrática, ainda não há meios de saber. Mas, da mesma forma que se pode estudar a produção do conhecimento por meio dos grupos, também é possível explorar a identidade do grupo por meio de sua produção.

CONCLUSÕES

Até aqui os perfis dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores, revelados pelas análises, indicam que a evolução da atividade de pesquisa nas IES privadas estudadas é relativamente recente, mas em constante progresso.

As características da produção resultante das atividades de pesquisa ainda não estão claramente estabelecidas, mas aparentemente as publicações dos membros dos grupos, no que se refere aos seus aspectos extrínsecos, não diferem radicalmente daquelas solicitadas pelos sistemas de avaliação nacionais. A avaliação por pares das temáticas e métodos empregados nessas pesquisas poderia ser um elemento de distinção da sua qualidade. A avaliação de impacto, ou visibilidade, que certamente acrescentaria elementos importantes para a discussão, ainda não são viáveis para as áreas sociais e humanas da ciência brasileira, que não dispõe de ferramentas bibliográficas que sejam capazes de revelar tais relações.

As análises deverão revelar o papel que os grupos desempenham nas IES estudadas e esclarecer se, de fato, eles representam uma forma colaborativa de organizar as atividades de produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPES. **Documentos de Área**: Triênio 2001-2003: Direito. [2004]. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/opencms/export/sites/capes/download/avaliacao/2003_026_Doc_Area.pdf>. Acesso em: 20 maio 2005.

DURHAM, E. e SAMPAIO, H. (org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES, 2001.

GLÄNZEL, W. Co-authorship patterns and trends in the sciences (1980–1998): a bibliometric study with implications for database indexing and search strategies. **Library Trends**, v.50, p. 461–473, 2002.

INEP. Censo da Educação Superior: Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>> Acesso em: 20 maio 2008.

MALTRÁS BARBA, Bruno. **Los indicadores bibliométricos**: fundamentos y aplicación al análisis de la ciencia. Gijón: Ediciones Trea, 2003.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MENEGHEL, Stela Maria; ROBL, Fabiane; WASSEM, Joyce. Desafios da produção de conhecimento em educação: perspectivas institucionais e de programas de pós-graduação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu, ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT11-3572--Int.pdf>> Acesso em: 20 maio 2008.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A Publicação da Ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.1-14, fev. 2005. Disponível em: <http://www.dgzero.org/fev05/Art_02.htm>. Acesso em: 3 maio 2008.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. O ensino superior privado como setor econômico. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n.37, p. 411-440, 2002. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, Fábio; REIS, José Guilherme; URANI, André (Orgs.). **Reformas no Brasil: Balanço e Agenda**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2004. p. 481-504.

SCHWARTZMAN, Simon. **Higher education and the demands of the new economy in Latin America**. 2002. Disponível em: <www.schwartzman.org.br>. Acesso em: 20 maio 2008.

VELHO, Léa. A ciência e seu público. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 3, p. 15-32, set./dez. 1997.

Este trabalho recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.